



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

**O objeto indireto no português brasileiro: o caso das preposições *a* e *para* em
periódicos do Rio de Janeiro**

Ana Maria da Rocha Peixoto

Rio de Janeiro
2023

ANA MARIA DA ROCHA PEIXOTO

**O OBJETO INDIRETO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O CASO DAS
PREPOSIÇÕES *A* E *PARA* EM PERIÓDICOS DO RIO DE JANEIRO**

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciada em Letras: Português / Inglês.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Regina Vaz Calindro

RIO DE JANEIRO

2023

CIP - Catalogação na Publicação

R379o Rocha Peixoto, Ana Maria
O objeto indireto no português brasileiro: o caso das preposições a e para em periódicos do Rio de Janeiro / Ana Maria Rocha Peixoto. -- Rio de Janeiro, 2023.
46 f.

Orientadora: Ana Regina Vaz Calindro.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Licenciado em Letras: Português - Inglês, 2023.

1. Estrutura argumental. 2. Sintaxe. 3. Linguística histórica. 4. Linguística computacional. 5. Variação linguística. I. Vaz Calindro, Ana Regina, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

ANA MARIA DA ROCHA PEIXOTO

DRE: 117242672

O OBJETO INDIRETO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: O CASO DAS
PREPOSIÇÕES *A* E *PARA* EM PERIÓDICOS DO RIO DE JANEIRO

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para obtenção do título
de Licenciada em Letras na habilitação
Português / Inglês.

Data de avaliação: 14 / 07 / 23

Banca Examinadora:



Prof^ª. Dr^ª. Ana Regina Vaz Calindro – Presidente da Banca Examinadora
UFRJ

NOTA: 9,0



Prof^ª. Dr^ª Adriana Leitão Martins
UFRJ

MÉDIA: 9,5

Assinatura dos avaliadores: _____

RESUMO

Diversos estudos linguísticos já comprovaram que o português brasileiro (PB) se distanciou do português europeu (PE) diacronicamente. Uma dessas mudanças é a forma com que os objetos indiretos (OI) são expressos. Em PE, os OIs são essencialmente realizados com a preposição *a*, ou com clíticos dativos, já em PB, o uso mais corrente é o da preposição *para* - alternando em alguns contextos com *a*, e com pronomes plenos introduzidos por preposições lexicais (*para/a eles, elas*). Para analisarmos as ocorrências e mudanças nesse contexto gramatical, utilizaremos duas variedades do PB: a de São Paulo e a do Rio de Janeiro. Além disso, um dos objetivos desta monografia é organizar *corpora* históricos, fazendo uso do arquivo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Assim, a partir dos dados retirados dos periódicos foi possível realizar a análise desses argumentos indiretos, comprovando ou não a substituição e crescimento da preposição *para* sobre a preposição *a* na escrita do brasileiro, colocando em prova o status de preposição funcional – capaz de marcar caso dativo – da preposição *a*.

ABSTRACT

Linguistic studies have proven that the Brazilian Portuguese (BP) and the European Portuguese (EP) followed different paths diachronically. One of the factors to prove this detachment is the expression of indirect objects (IO). In EP, IOs are essentially introduced by the preposition *a*, or occur as dative clitics. In BP, the introduction is mostly made by the preposition *para*, which alternates in specific contexts with *a*, as well as with full pronouns preceded by lexical prepositions (*para/a eles, elas*). In order to analyze the occurrences and changes concerning this grammatical context, two BP varieties were used: Portuguese from São Paulo and Rio de Janeiro. Furthermore, one of the goals of this paper is organizing historical *corpora*, with the support of the newspaper digital archive of the National Library of Rio de Janeiro (*Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*). Thus, with the data taken from the newspapers, it is possible to analyze these indirect objects, attesting the substitution (or not), and the increase of the use of the preposition *para* instead of *a* in Brazilian Portuguese written standard form. This analysis puts the functional *status* – the capacity of assigning dative Case – of the preposition *a* to test.

Agradecimentos

À minha mãe, Ana, por ser meu guia, minha maior incentivadora e minha melhor amiga.

Ao meu pai, Fernando, por ser meu maior exemplo de perseverança e superação.

Ao meu irmão, Fernandinho, minha cunhada, Marianna, e minha linda sobrinha, Olívia, pelos momentos de leveza e amor.

À minha orientadora e “mãe acadêmica”, Ana Regina, por tanto conhecimento pacientemente compartilhado comigo, sempre com amor e descontração.

Às minhas amigas, Emilly, por ter iniciado e terminado a graduação ao meu lado, fazendo com que todas as preocupações se tornassem motivo de risada logo após a solução; E Brígida, por trilhar todo o caminho de escrita desta monografia comigo.

À professora Adriana Leitão, por ser a leitora crítica deste trabalho.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
2.1 O objeto indireto e o caso dativo.....	11
2.2 A alternância dativa.....	14
2.3 As preposições <i>a</i> e <i>para</i>	15
3. METODOLOGIA	17
3.1 Por que usar jornais?.....	17
3.2 Escolha do <i>corpus</i>	18
3.3 Organização e coleta dos dados.....	19
4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	24
4.1 A seleção dos grupos verbais.....	26
4.2 Resultados.....	28
4.2.1 A década de 20.....	32
4.2.2 A década de 50.....	34
4.2.3 A década de 70.....	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

1. INTRODUÇÃO

Há diferentes formas de expressão do objeto indireto no português brasileiro. Sabemos, que, canonicamente, a marca desta estrutura gramatical é o encabeçamento do argumento pelas mais variadas preposições, estas que

“estabelecem relações de subordinação entre os constituintes de uma oração. Em Latim, já se iniciava o emprego desses elementos para subordinar, em certos contextos, o elemento ao verbo, fato que se desenvolveu bastante nas línguas românicas, tornando-se um traço característico da tipologia dessas línguas” (Câmara Jr, 1976. p. 175).

A discussão que permeia este trabalho se debruça justamente sobre a expressão da introdução do objeto indireto de terceira pessoa em estruturas ditransitivas – aquelas que licenciam um objeto direto e um indireto, como é possível observar em:

- (1) Maria enviou uma carta **ao João**.
- (2) José submeteu o projeto **para o avaliador**.
- (3) Nós solicitamos **aos alunos** os seus documentos.

Entretanto, antes de discorrer sobre o português brasileiro (PB) e sua estrutura argumental, é importante observar o comportamento da expressão do objeto indireto (OI) no português europeu (PE), que sincronicamente se constitui de maneira distinta, em questões estruturais, do PB. O distanciamento entre as duas variedades do português já é observado e analisado de maneira aprofundada por diversos estudos em pesquisas diacrônicas (cf. Galves, 2001). O português europeu e o português brasileiro tem um denominador comum, o português clássico, mas os estudos diacrônicos atestam que as duas variedades percorreram caminhos distintos principalmente a partir do século XVIII (cf. Galves, 2007).

A partir da descrição da escrita padrão do PE, Torres Morais e Berlinck (2018, p. 2) afirmam que o OI, “Na sua forma plena não-pronominal, é um sintagma determinante (DP), morfologicamente codificado pela preposição *a*, um marcador de caso dativo [cf. exemplo 4]; Na sua expressão pronominal, o OI é realizado por clíticos verbais dativos *lhe(s)* [cf. 5], distinguindo-se dos clíticos acusativos *o(s), a(s)*”

(4) Maria atirou a bola **ao João**.

(5) Atirou-**lhe** a bola.

A afirmação das autoras condiz com os dados do PE moderno, mas, além disso, ambos os exemplos supracitados têm suas formas previstas na norma padrão do PB ainda nos tempos atuais. Contudo, é importante ressaltar que o PB passou por suas variações relevantes nestes contextos: i. a queda do clítico dativo *lhe* em PB já foi comprovada por diversos estudos (cf. Berlinck, 1997; Silveira, 1999; Freire, 2000; Torres Morais e Berlinck, 2009, 2018; Calindro, 2015, 2016, 2020; Torres Morais e Salles, 2022); ii. a preposição *para* tem sido a escolha preferida, em detrimento da preposição *a*, no PB, nos contextos em que o objeto direto tem leitura de Alvo. (cf. Torres Morais e Berlinck 2006, 2007, 2009; Silveira, 1999; Gomes, 2003; Freire 2000, 2005; Salles e Scherre, 2003).

Dessa forma, nesta monografia analisarei a preposição *a* em PB – cujo *status* funcional de elemento marcador de Caso dativo será discutido no decorrer deste trabalho – e a preposição *para* – que, no PE se limita à introdução de argumentos locativos puros e complementos oblíquos, porém passou a fazer parte de outros contextos em PB, como veremos a seguir.

Com o distanciamento entre o PE e o PB, o estatuto dessas preposições também percorreu caminhos diferentes. No PE, o *a* é um marcador de Caso dativo. Segundo Torres Morais (2007), o estatuto de elemento funcional marcador de Caso da preposição *a* se evidencia por sua possível alternância com o clítico dativo *lhe* (cf. 6a, 7a, 8a). Logo, segundo a autora, os OIs introduzidos por *a* em PE são, na verdade, *a*-DPs e não sintagmas preposicionados.

Já a preposição *para* em PE introduz locativos puros e complementos oblíquos (cf. 9 e 10, respectivamente). Note que, nesses exemplos, a alternância entre o OI introduzido por *para* e o clítico dativo não é possível. Assim, os OIs introduzidos por *para* em PE são sintagmas preposicionados – PPs, introduzidos por uma preposição lexical que atribui Caso oblíquo ao seu complemento.

Considerando a substituição da preposição *a* por *para* em PB, teríamos nessa variedade apenas complementos oblíquos. Além disso, verifica-se que os OIs em PB somente alternam com os sintagmas preposicionados *para/a eles/elas* (cf. 6b, 7b, 8b), e não mais com o clítico dativo *lhe* de terceira pessoa, cujo desaparecimento no século XX foi averiguado por diversos estudos (cf. Calindro, 2016, 2015, 2020, entre outros).

- (6) a. A Maria enviou uma carta ao João / enviou-lhe uma carta (PE)
 b. A Maria enviou uma carta ao / para o João/ ele. (PB)
- (7) a. A Maria atirou a bola ao João / atirou-lhe a bola. (PE)
 b. A Maria atirou a bola para o João / ele. (PB)
- (8) a. A Maria preparou o jantar ao João / preparou-lhe o jantar. (PE)
 b. A Maria preparou o jantar para o João / ele. (PB)

(9) [...] podem encaminhal-os para o Convento de Nossa Senhora do Carmo.

(A Noite, 05/07/1924)

(10) Em se tratando de uma produção luso-brasileira sugerimos para o filhinho do casal, caso seja mulher, o nome de “Cessa Tudo”.

(O Pasquim, 19/09/1971)

Para observar as ocorrências de alternância das preposições *a* e *para*, Calindro (2015) analisou os contextos de verbos de movimento (como *atirar*), verbos de transferência dinâmica (*enviar*) e verbos de criação (*escrever*), fazendo uso de dados retirados de exemplares do jornal Folha de São Paulo publicados entre 1920 e 2010. A autora conclui que, nos dois primeiros contextos, há, na verdade, uma alternância das duas preposições durante todo o período analisado, e não uma substituição categórica da preposição *para* pela preposição *a*, como veremos mais adiante. No entanto, ao analisar o contexto dos verbos de criação, foi observado que a substituição da preposição *a* pela preposição *para* passa a ser categórica no decorrer do século XX.

A análise de Calindro é importante para observarmos que a marcação de Caso é, de fato, diferente entre as duas realidades de PB e PE; segundo a autora, as preposições que introduzem os OIs em PB não são elementos funcionais como a preposição *a* do PE, responsável por marcar o caso dativo (Torres Morais, 2007). Assim, o PB teria passado por uma mudança linguística que teve como consequência a perda do caso dativo morfológico de terceira pessoa, pois há, nesta língua, somente a marcação de Caso estrutural oblíquo por intermédio de preposições lexicais.

Para descobriremos se assim como na escrita jornalística de São Paulo não houve uma substituição categórica da preposição *a* pela preposição *para* nos contextos supracitados, nesta monografia, analisarei os mesmos contextos analisados por Calindro (2015), mas em periódicos do Rio de Janeiro. Para tanto, foi necessário organizar um *corpus* histórico que nos

apresentasse dados de escrita para a análise da variante do Rio. Dessa forma, foram utilizados dois periódicos que cobrissem uma margem temporal equivalente à pesquisa de Calindro sobre do século XX: *A Noite* (1939 - 1959) e *O Pasquim* (1961 - 1991) (cf. seção 3 deste trabalho).

Assim, o objetivo central deste trabalho é averiguar se a substituição do *a* pelo *para* se sustenta na variante do Rio, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa dos dados encontrados, com o apoio de um *corpus* digitalizado por intermédio de ferramentas computacionais. Além desta introdução, na seção 2, mostrarei os autores e trabalhos que serviram de arcabouço teórico para todas as teses defendidas e análises feitas, e me auxiliaram a entender quais são os processos gramaticais e não-gramaticais que envolvem o uso dessas preposições. Na seção 3, descreverei quais foram os passos seguidos para a obtenção e contagem dos dados, assim como toda a metodologia envolvida na organização do *corpus* e o auxílio imprescindível da ferramenta computacional *E-Dictor* para os objetivos deste trabalho. Na seção 4, apresentarei os dados encontrados, fazendo um balanço comparativo entre o uso das preposições supracitadas a depender de seu contexto verbal (verbos de transferência, movimento e criação) e levantando hipóteses sobre os resultados encontrados até o presente momento. Na seção 5, finalizo o trabalho com novas previsões para o futuro e expectativas de estudos que poderão contribuir cada vez mais para a análise da variação linguística e estrutura argumental do PB.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O objeto indireto e o caso dativo

Apesar de terem um mesmo ancestral comum, durante o século XIX, foi possível distinguir dois caminhos completamente distintos entre as variantes do PB e do PE. Muitas formas que eram produtivas no PB histórico caíram em desuso nesta bifurcação, fazendo com que as estruturas que eram comumente utilizadas na variante europeia fossem de domínio apenas dos falantes altamente escolarizados no Brasil, o que era muito raro até a maior democratização da escolarização no século XX. Galves, Kato e Roberts (2019) explicitam que a convergência e a consolidação das evoluções individuais de cada variedade, assim como sua aceitação no uso cotidiano da comunidade de fala, são advindas da emergência de uma *nova língua*.

Um dos contextos em que o PE e o PB modernos seguiram caminhos distintos é o contexto das preposições que introduzem OIs. O dativo assume sistematicamente o valor de objeto indireto que, dentro de uma visão lexicalista, dependeria de seus verbos para receber tal predicação. Os verbos que assumem esta regência verbal possuem duas posições de argumento interno – direto e indireto. Os argumentos indiretos irão assumir, a depender do contexto verbal¹, diferentes papéis temáticos:

a) Alvo

(11) Agora, dois mil cruzeiros êle **dá pro porteiro** quando entra numa boate.

(O PASQUIM, 19/9/71)

(12) [...] **senhor presidente, a quem envio** minhas respeitadas saudações[...]

(A NOITE, 16/11/55)

(13) Para retirada de material promocional ou demais informações, **escreve para a SECRETARIA DO PRIMEIRO CONCURSO.**

(O PASQUIM, 11/7/78)

O verbo *dar*, em (11), por apresentar semântica de transferência material, atribui o papel temático supracitado ao seu OI, o qual é o destino, o alvo da movimentação. O verbo *enviar*, em (12), é um exemplo canônico da atribuição do papel temático em questão, e implica que seu OI será o alvo da ação e nos permite uma visualização clara dessa relação semântica.

Já em (13), observa-se o verbo de criação *escrever* atribuindo também papel temático de alvo ao OI *secretaria*. Apesar de ser uma introdução de argumento locativo, entende-se que a secretaria é composta por membros humanos, também com traço [+ANIMADO]. Seria diferente, por exemplo, de “Escrevi uma petição para o Rio de Janeiro”, que configura um locativo puro (cf. Torres Morais e Berlinck, 2018). Calindro (2015) verificou que, para este contexto de verbos de criação, a preposição *para* ganhou preferência em dados escritos de São Paulo. Mais a frente, na seção 4, verificar-se-á se o mesmo ocorre com os dados obtidos do Rio de Janeiro.

b) Beneficiário

¹ A catalogação sistematizada dos tipos verbais será feita na seção 4 deste trabalho.

(14) ...apartamentos com sala de banhos, a alimentação [...] oferece a seus hospedes todo o conforto...

(A NOITE, 05/07/1924)

O verbo *oferecer*, neste caso, implica um OI que se beneficia daquilo que é oferecido, aqui, pois os hóspedes se beneficiarão do conforto que é oferecido pelas instalações da hospedagem que era tratada neste excerto do periódico.

A preposição *a* foi aqui exemplificada propositalmente: este elemento se faz presente frequentemente em dados escritos do PB. Kato (2005) afirma que o brasileiro é bilíngue em sua própria língua pois o *a* é ensinado via escolarização aos falantes do PB pela influência europeia nas nossas gramáticas. Logo, esta pode ser a razão da presença desta em dados jornalísticos, como atestou Calindro (2015), uma vez que estes são permeados por um teor normativo. Por este mesmo motivo, essa forma é mais prestigiada socialmente por estar atrelada a uma perspectiva mais culta e normatizada.

Estudos como os de Gomes (2007), ao analisar dados orais e sincrônicos, atestaram a preferência do brasileiro pela preposição *para*, o que está de acordo com os dados diacrônicos apresentados por Torres Morais e Berlinck (2006, 2007 e 2018) que verificaram, em cartas pessoais, a queda da preposição *a* e sua substituição por *para*.

Assim, em sua gramática internalizada, sua Língua-I, nos termos de Chomsky (1986), aquela adquirida no período crítico de aquisição de língua, a preposição usada para introduzir os OIs nos contextos relevantes em PB é a preposição *para*. Após os ensinamentos da gramática normativa nos anos escolares, os brasileiros passam a apresentar uma variação com a preposição *a* nos mesmos contextos supracitados, pois são ensinados através de gramáticas normativas, como a de Bechara (2009), que esta é a preposição que deve ser usada para introduzir OIs, como podemos ver na seguinte afirmação a seguir:

Este novo argumento do predicado complexo se chama complemento ou objeto indireto e apresenta as seguintes características formais e semânticas: a) é introduzido apenas pela preposição *a* (raramente *para*); b) o signo léxico denota um ser animado ou concebido como tal; c) expressa o significado gramatical “beneficiário”, “destinatário”; d) é comutável pelo pronome pessoal objeto *lhe/lhes* (...) ou ao complemento relativo (*prep.* + *ele, ela, eles, elas*)

Enviaram o presente à **aniversariante**. / Enviaram – *lhe* o presente.

O diretor escreveu cartas **aos pais**. / O diretor escreveu-*lhes* cartas.

(BECHARA, 2009 [1961],
p. 421-422)

Assim, a preposição *a* faz parte da Língua-E dos brasileiros. Entende-se, por Língua-E, aquela língua que tem influências do mundo externo, cujo aprendizado depende de uma intencionalidade, ela é um objeto social, político e geográfico – uma extensão da Língua-I (Chomsky, 1981, 1986). Tendo esta dinâmica em vista, Kato (2005) afirma que o brasileiro é bilíngue em sua própria língua, pois em alguns contextos, como este da alternância entre as preposições *a* e *para*, possui um registro em sua Língua-I e, após sua escolarização, passa a ter outro em sua Língua-E.

Além disso, o clítico *lhe* não mais faz parte da expressão do OI de 3ª pessoa do PB², pois este clítico não é mais produtivo nesta variedade, como atestado por vários trabalhos, tais como Gomes (2004).

2.2 A alternância dativa

Como mencionado anteriormente, estruturas ditransitivas implicam em OIs cujos papéis temáticos podem ser de Alvo ou Beneficiário. Nas línguas naturais, estas construções podem vir introduzidas por preposições ou não, como ocorre no inglês:

(15) Emily sent a package **to Laura**.

(16) Emily sent **Laura** a package.

Segundo Larson (1988), o exemplo (15) ilustra uma sentença de objeto duplo (*double object constructio - DOC*), com ausência de uma preposição para introduzir o OI. Isto é, o OI não está sendo encabeçado por um PP, mas sim por um DP, da mesma forma que o objeto direto (OD). São diversas as questões, morfológicas e semânticas, que permeiam o fenômeno da alternância dativa. Nas construções dativas preposicionadas (15), é a preposição *to* que marca o Caso dativo, além de denotar o sentido de Alvo de uma trajetória. Em (15) e (16), lê-se claramente que Emily quis direcionar o pacote para Laura, que é receptora do argumento

² Diversos estudos se dedicaram a explicar o clítico *lhe* sendo usado para 2ª pessoa em falantes das regiões de norte e nordeste (cf. Nascimento, 2010; Araújo e Carvalho, 2015), mas o meu foco neste trabalho é a introdução de AIs de 3ª pessoa.

direto. De tal forma, implica-se que há transferência de posse entre o argumento Tema - *package* (pacote) e o Alvo - *Emily*. Porém, segundo Larson (1988), há uma diferença semântica entre essas duas construções. Em (15), entende-se que o pacote foi enviado à Laura, mas não sabemos se ela o recebeu, porém em (16) esse recebimento é garantido, pois o uso da DOC pressupõe que a transferência entre o OD e o OI foi feita.

Diferentemente do inglês, em português essa construção sintática não é realizada sem o uso de uma preposição que marca a movimentação e a transferência do objeto descrito pelo OD (*package*) para o OI (Laura). No âmbito das línguas românicas, trabalhos como os de Cuervo (2003) sobre o espanhol, associam a alternância dativa com a presença ou ausência do clítico de 3ª pessoa na estrutura, vide o exemplo abaixo:

- (17) a. Pablo *le mandó* un diccionario *a Gabi*.
 b. Pablo *mandó* un diccionario *a Gabi*.

(Cuervo, 2003, p.35)

Segundo a autora, os exemplos em (17) ilustram a alternância dativa em espanhol. Em (17a) temos uma DOC marcada pela presença do clítico *le*, em que a transferência de posse entre o OD *diccionario* e o OI *a Gabi* é feita diretamente. Já em (17b) a ausência do clítico marca que a transferência de posse entre os objetos é feita de forma indireta, subentende-se, por exemplo, que *Pablo* mandou o *diccionario a Juan* que, então, mandou *à Gabi*. Torres Morais (2007) assume com Cuervo (2003) que a presença do clítico de 3ª pessoa é a marca essencial para as construções dativas nas línguas românicas. A autora atesta que, uma vez que a preposição *a* é um elemento funcional que atribui Caso dativo ao seu complemento e sempre alterna com o clítico dativo que possui caso dativo morfológico, as construções em que o *a-DP* alterna com *lhe* podem ser consideradas DOCs em PE.

Nessa linha, pode-se assumir para o PB que, a queda do clítico dativo *lhe* e a alternância entre as preposições *a* e *para* mostra que a preposição *a* não é mais um elemento funcional que marca Caso dativo e, sim, uma preposição lexical que marca Caso oblíquo assim como *para*. Em PB não temos *a-DPs* e sim PPs encabeçados por *a* ou *para*. Além disso, o PB perdeu o elemento que atesta a alternância dativa nas línguas românicas, uma vez que a marca morfológica dativa, o clítico *lhe*, não mais faz parte da Língua-I dos brasileiros (cf. Calindro, 2016, 2020).

2.3 As preposições *a* e *para*

Para este estudo, interessa analisar a introdução de OIs que não mais recebem a marcação de Caso dativo através da preposição *a*, como ainda ocorre no PE moderno. Para contextualização, é importante retomar que, no PE, estruturas ditransitivas tem o OI de 3ª pessoa encabeçado pela preposição funcional *a*, marcadora de caso dativo, pois sempre é possível alternar o *a*-DP com o clítico dativo *lhe*, como analisa Torres Morais (2007). Em PB, por outro lado, o *lhe* de terceira pessoa caiu em desuso. Como analisado por Calindro (2015), tanto a preposição *a* quanto *para* são lexicais, pois atribuem Caso oblíquo ao seu elemento introduzido. Pela grande produtividade na alternância entre as duas preposições nos contextos sendo analisados neste trabalho (cf. seção 4), é possível considerar que o PB possui apenas OIs oblíquos de 3ª pessoa. Calindro (2015) analisou os contextos verbais aqui trabalhados, que implicam em sentenças ditransitivas cuja introdução de OIs acontece por intermédio de *a* e *para*, em *corpus* jornalístico de capas da Folha de São Paulo com datas que cobriam todo o século XX. No trabalho da autora, foi possível não só confirmar a queda do clítico dativo, como também contabilizar as ocorrências das preposições *a* e *para* a fim de atestar se há preferência para o uso de uma em detrimento da outra.

Na análise dos dados de Calindro, era esperado que as ocorrências de *para* fossem maiores que a do *a*, mas ocorreu o contrário. Os dados mostraram uma grande ocorrência de *a*, alternando com a preposição *para* nos mesmos contextos (no resultado geral de Calindro, sem separar pelos contextos verbais, o *a* introduziu o AI em 80% das ocorrências, enquanto o *para* em 20%). Assim, o trabalho da autora não confirmou que o *para* é categoricamente a preposição preferencial para introduzir OIs em PB. Lembremos, contudo, que Calindro analisou dados escritos. Já em dados sincrônicos de fala, Gomes (2007) conferiu não só a ausência completa do clítico dativo, como também categorizou que, nesta instância, a preposição *para* é a opção de preferência e está sendo configurada na Língua-I dos falantes brasileiros, como abordado anteriormente. Em relação à preposição *a*, esta também apareceu nos dados coletados da autora, mas somente em registros de fala de crianças acima dos cinco anos que tiveram contato via escolarização com este elemento.

Nas minhas análises preliminares dos mesmos contextos – de época analisada, *corpus* jornalístico e verbos de preferência – em dados do português do Rio de Janeiro, apresentados na JICTAC 2021³ e na SiAC 2023⁴, o *para* teve, sim, um crescimento muito expressivo no decorrer do século XX. Diferentemente da análise feita por Calindro para São Paulo, com os

³ XLII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural.

⁴ Semana de Integração Acadêmica da UFRJ.

dados da variante do Rio de Janeiro foi possível observar um crescimento maior do uso do *para*, mas, novamente, sem indício de apagamento da preposição *a*. Estes resultados indicaram que ambas preposições são produtivas para introduzir OIs no PB e estão em alternância nos contextos observados.

Este estudo, portanto, pretende mostrar quais foram os passos para a obtenção desses dados, assim como apresentar a análise qualitativa e quantitativa deles. Para melhores resultados futuros e mais precisão numa afirmação incisiva, este trabalho terá continuidade em formação continuada.

Na seção a seguir, apresento os métodos utilizados para digitação, etiquetagem morfológica (a ser sintetizada em 3), coleta e contagem dos dados que serão analisados efetivamente mais a frente.

3. METODOLOGIA

3.1 Por que usar jornais?

Para começarmos a pensar sobre variação e mudança, é preciso refletir sobre diacronia, tendo em mãos um *corpus* que ofereça um panorama que cubra um período satisfatório, com dados que podem contribuir com estudos das mais diversas linhas teóricas que permeiam o contexto observado, em dados falados ou escritos.

Jornais e outros grandes suportes de comunicação, “por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos” (Marcuschi, 2000, p. 2) e, por isso, são uma fonte rica de gêneros mistos que, juntos, conseguem apresentar um sólido posicionamento de como funciona a língua. Além disso, no que concerne a prescrição, redatores de jornais e revistas de grande circulação normalmente têm um alto nível de letramento. Sua escrita não costuma fugir da normatividade, apresentando evidências de estruturas normalmente utilizadas por falantes cultos. Porém, ao mesmo tempo, textos jornalísticos precisam ter uma linguagem acessível para serem entendidos pelo seu público alvo. Ou seja, as formas apresentadas no texto jornalístico precisam se respaldar na norma em circulação, disseminada pela comunidade de fala, mas sem desobedecer o caráter normativo que implica a redação de um periódico:

“Por se tratar de um texto público, ele, na verdade, **tanto sofre**

influências da situação sócio-histórica a qual está vinculado quanto atua sobre os componentes dessa situação. Tem, assim, um duplo papel de agente e paciente. Parece-nos que **essa dualidade faz dele uma fonte rica para se avaliar a expressão da norma linguística prescritiva – socialmente prestigiada – e, ao mesmo tempo, detectar características inovadoras da(s) norma(s) objetiva(s), que, de tão presentes no uso, começam a ser incorporadas à escrita menos formal.**⁵ (Berlinck; Biazolli; Balsalobre, 2014, p. 6)

Por isso, levando em consideração a multiplicidade de gêneros textuais envolvidos em um periódico, juntamente com as questões que concernem a adaptação da norma para fins de acessibilidade e circulação, podemos pensar no texto jornalístico encaixado no intermédio do *continuum* entre fala e escrita, como proposto por Marcuschi (2008). Conseguimos, com um *corpus* como o que apresento na seção a seguir, observar estratégias inovadoras que, usadas com frequência na fala, adentram a escrita, da mesma forma que conseguimos avaliar o teor mais normativo que o gênero exige.

3.2 Escolha do *corpus*

Este projeto visa a contribuir, para além da análise linguística, com a organização de *corpora* históricos para fins científicos. Para analisar a língua em uma perspectiva histórica e diacrônica, é necessário fazer uso de *corpora* que abranjam um marco temporal mais extenso, para averiguar o *status* da mudança de qualquer fenômeno a ser analisado. Através dos exemplares disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), uma equipe de edição⁶, que faz parte do projeto *Estrutura argumental, variação e mudança: uma análise histórica do português em materiais de arquivos públicos brasileiros* (UFRJ - Faperj), se organizou para dar luz a um *corpus* desta natureza para a variante do Rio de Janeiro, assim como foi feito nos projetos Para a História do Português Brasileiro⁷ e Tycho Brahe (Unicamp)⁸.

Como já mencionado no decorrer do trabalho, foi possível averiguar mudanças no PB desde o século XVIII, advindas da catálise que o separou da variedade europeia. No século XIX, foi possível vislumbrar as primeiras evidências de mudança no que concerne à

⁵ Grifos meus.

⁶ Ana Maria da Rocha Peixoto, Brígida Adriely Manhães, Rayssa Pereira Gonçalves.

⁷ <https://phpbrj.lettras.ufrj.br/>

⁸ <https://www.tycho.iel.unicamp.br/>

introdução de objetos indiretos (cf. Berlinck, 2000a; Torres Morais e Berlinck, 2006; Torres Morais e Berlinck, 2018). Para tanto, verificar o século XX se justifica pela necessidade de averiguar a continuidade e estabelecimento desta mudança, para fins de análise diacrônica. Pensando nisso, foram usados os periódicos *A Noite* (1911-1958) e *O Pasquim* (1969-1991), disponibilizados no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁹, com o intuito de analisar dados que cobrem todo o século XX. Neste momento da pesquisa, foi feito um recorte temporal, de forma que as primeiras décadas organizadas foram as de 20, 50 e 70. Esta escolha se justifica pelo fato de que, para observar a mudança de maneira mais produtiva, é preciso olhar para o início, meio e final do século, para verificar qual foi o caminho percorrido da estratégia inovadora até que ela fosse considerada, de fato, uma mudança.



Imagem 1: *A Noite* (1924)



Imagem 2: *O Pasquim* (1975)

3.3 Organização e coleta dos dados

No site da hemeroteca digital da BNRJ, imagens dos periódicos são disponibilizadas ao público para visualização. Apesar de haver uma ferramenta de busca por palavra no site da Biblioteca, não é possível reconhecer os itens e códigos específicos através das imagens, pois

⁹ <https://bndigital.bn.gov.br/>

esta ferramenta não lê o periódico. Por isso, o objetivo primário deste trabalho, que nos permitiu fazer a análise estrutural do fenômeno, foi transformar as imagens das edições dos periódicos em textos que pudessem viabilizar buscas eficazes, sendo abertos a qualquer interessado em utilizar o *corpus*. O caminho para este processo será explicado mais detalhadamente a seguir.

Primeiramente, a ferramenta do Google Docs foi utilizada para gerar OCRs¹⁰ das imagens. Porém, os OCRs não distinguem a formatação do texto de maneira correta, pois a formatação em colunas dos jornais dificulta o reconhecimento da imagem. Além disso, algumas imagens das páginas dos jornais estão apagadas devido ao tempo da impressão dos periódicos – alguns começaram a ser circulados há mais de um século, como os do ano de 1921, e esse fator também dificultava o reconhecimento da imagem através do OCR. Assim, o texto acabava sendo desformatado, desorganizado e com ausência de muitos caracteres básicos, essenciais para a visibilidade e compreensão das sentenças escritas do periódico, tornando-o ilegível em sua versão como documento. Logo, a ferramenta OCR não se mostrou eficiente no auxílio da transposição de imagem para texto dos periódicos.

Assim, passamos para a digitação manual do material do periódico usando a ferramenta E-Dictor, uma das ferramentas sendo desenvolvidas pelos pesquisadores do projeto Tycho Brahe. Esta ferramenta era, inicialmente, um programa que podia ser instalado ao computador para fazer o processo de edição de texto, porém sem os autocorretores presentes em programa como o Word do pacote Office, que pode alterar os dados digitados. É importante ter em vista, ainda, que a organização deste *corpus* se inicia com exemplares da década de 20, época em que a grafia de várias palavras era distinta dos dias atuais, e para a intenção da organização do *corpus* de preservar os exemplares tal qual seu original, uma ferramenta como o E-Dictor é de grande valia (Paixão de Sousa et. al, 2009). Atualmente, Luiz Veronesi, pesquisador integrante do projeto Tycho Brahe (Unicamp) está desenvolvendo uma versão online da ferramenta E-Dictor, como parte de seu projeto de doutorado orientado pela professora Charlotte Galves. Em parceria com o pesquisador, que prestava auxílio imediato sobre o uso da ferramenta à nossa equipe de digitação – que faz uso da ferramenta para digitar os periódicos –, conseguimos dialogar sobre o funcionamento do E-Dictor, seus problemas técnicos, suas funcionalidades específicas, o que estava ou não estava intuitivo

¹⁰ OCR, um acrônimo para o inglês Optical Character Recognition, é uma tecnologia para reconhecer caracteres a partir de um arquivo de imagem ou mapa de bits, sejam eles escaneados, escritos a mão, datilografados, impressos. Dessa forma, através do OCR é possível obter um arquivo de texto editável por um computador (https://pt.wikipedia.org/wiki/Reconhecimento_%C3%B3tico_de_caracteres, acesso em 20/06/2023).

para ser aberto ao uso público. 8, mas também recebia feedbacks sobre esta ferramenta desenvolvida para obtenção de seu título de doutorado. Com esta grande ajuda, advinda do próprio desenvolvedor da ferramenta, finalmente pudemos começar a usá-la efetivamente. Os processos que envolvem a digitação do periódico são divididos nas seguintes partes:

- a) Upload, em um único documento, das páginas dos periódicos em formato de imagem;



Imagem 3: Documento com páginas do periódico

- b) Divisão das porções de textos na página do periódico em processo de edição;



Imagem 4: Divisão do texto

- c) Transcrição da imagem para um texto que, assim, poderá ser revisado e editado pelo pesquisador.

OU SE REAGE OU SE PERECE
Heitor Moris

A política de contemporização com a Rússia não podia dar resultados. Os russos, que não queriam nada de ninguém, revelaram a sua incrível voracidade logo no começo da guerra quando o Kremlin entrou em acordo com o Reich nazista para a liquidação da Polónia. Sempre dizendo que não desejava um palmo de terra dos outros, a Rússia anexou a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Bessarábia e só não tomou a Finlândia Intelta porque o rumo dos acontecimentos internacionais não lhe permitia.

As desavenças entre o governo soviético e o nacional socialismo alemão não tiveram as suas origens em nenhuma razão ideológica, mas em questões de natureza puramente material. Para tomar o que não lhes pertenciam, nazismo e comunismo estavam se entendendo muito bem, e conta um general russo, antigo chefe do Serviço Militar Secreto soviético, que Hitler era o homem a quem Stalin mais admirava.

A briga entre os dois totalitarismos só começou quando Moscou, considerando a situação difícil em que a Alemanha se encontrava na Europa ocidental e a iminência do ataque às ilhas britânicas, decidiu aumentar um pouco mais as suas conquistas. Já a Rússia estava de boca aberta em direção à Rumania, à Bulgária e à Jugoslávia, sustentando quanto aos dois últimos que os seus povos eram slávos, e quanto à Rumania motivos militares de ordem estratégica. Foi então que se deu a ruptura do pacto germano-russo. Apenas a Alemanha atacou primeiro e de surpresa.

A intervenção do continente americano, sobretudo as Estados Unidos, na guerra europeia, decidiu a vitória em favor dos aliados. A Rússia estava sendo esmagada e sem o auxílio recebido das democracias parecia fatalmente na luta. Os aliados tiveram de socorrê-la porque não era possível deixar que a Alemanha se tornasse dona da Europa. Mas os líderes soviéticos erraram gravemente em não terem tomado, em tempo devido, as precauções indispensáveis para impedir que a Rússia tirasse proveitos indevidos da situação.

A culpa desse erro que o mundo democrático está pagando. Os russos, com o sua notável período de saltadores, foram logo se assenhoreando do que puderam. Quando as democracias abriram os olhos era tarde demais para qualquer remédio. Eis o motivo por que nações como a Polónia, a Bulgária, a Rumania, a Tchecoslováquia, a Hungria, se encontram hoje nas mesmas duras condições em que estiveram durante a guerra. Corriam sem paz, sem independência, sem liberdade, tendo mudado apenas a nacionalidade do opressor.

Tudo quanto disserem os dirigentes russos, quando necessitavam do socorro aliado, foi renegado na paz. A dissolução do Kremlin não passou de uma farsa. As promessas mais solenes de respeito à integridade e soberania dos povos livres foram brutalmente violadas. Os compromissos formais que Stalin tomou no sentido de respeitar aos seus propósitos de revolução mundial foram imediatamente relegados. Eis que há cinco anos as nações democráticas, em todo o universo, não fazem outra coisa senão defender-se da Rússia e do comunismo. As revoluções socialistas

A vida assim é melh
As ondas do Farol de Zoológica estão, por certo, e individuais para a nova instalação, que é coletivos e quente liberdade. A estrutura reproduz

Está no trabalho o fenômeno em

box: 11

OU SE REAGE OU SE PERECE
Heitor Moris
A política de contemporização com a Rússia não podia dar resultados. Os russos, que não queriam nada de ninguém, revelaram a sua incrível voracidade logo no começo da guerra quando o Kremlin entrou em acordo com o Reich nazista para a liquidação da Polónia. Sempre dizendo que não desejava um palmo de terra dos outros, a Rússia anexou a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Bessarábia e só não tomou a Finlândia Intelta porque o rumo dos acontecimentos Internacionais não lhe permitia.

As desavenças entre o governo soviético e o nacional socialismo alemão não tiveram as suas origens em nenhuma razão ideológica, mas em questões de natureza puramente material. Para tomar o que não lhes pertenciam, nazismo e comunismo estavam se entendendo muito bem, e conta um general russo, antigo chefe do Serviço Militar Secreto soviético, que Hitler era o homem a quem Stalin mais admirava.

A briga entre os dois totalitarismos só começou quando Moscou, considerando a situação difícil em que a Alemanha se encontrava na Europa ocidental e a iminência do ataque às ilhas britânicas, decidiu aumentar um pouco mais as suas conquistas. Já a Rússia estava de boca aberta em direção à Rumania, à Bulgária e à Jugoslávia, sustentando quanto aos dois últimos que os seus povos eram slávos, e quanto à Rumania motivos militares de ordem estratégica. Foi então que se deu a ruptura do pacto germano-russo. Apenas a Alemanha atacou

Imagem 5: Modo de transcrição do E-Dictor

Feita a digitação completa das edições que serão utilizadas, chegamos a um novo desafio: como fazer as buscas dos contextos relevantes para esta pesquisa? Para o interesse deste trabalho, era necessário encontrar verbos de movimento, transferência e criação, cujo alvo ou beneficiário, ou seja, o objeto indireto (OI) fosse introduzido pelas preposições *a* ou *para*. Para as futuras buscas, pretendo fazer uso de outra ferramenta computacional, o Corpus Search¹¹, também do projeto Tycho Brahe, que conta com o *corpus* organizado e anotado sintaticamente, o que possibilita buscas por contextos sintáticos específicos¹². Neste presente trabalho, utilizei a ferramenta de busca CTRL + F a partir de um documento escrito no Google docs que continha a etiquetagem morfológica (cf. Imagem 6) de todos os textos digitados a partir dos periódicos.

A etiquetagem morfológica consiste na classificação morfológica de cada vocábulo do documento. Etiquetas são adicionadas ao lado de cada palavra, por intermédio de códigos –

¹¹ <https://www.tycho.iel.unicamp.br/search>

¹² Para um exemplo de resultados obtidos através do uso do Corpus Search cf. Calindro (2017).

disponíveis para verificação no tutorial disponibilizado no site do projeto Tycho Brahe¹³ – que auxiliam na busca por um contexto gramatical específico. Aqui, busquei pelo código VB-P, que mostra apenas verbos com preposições em sua estrutura argumental. Após obter o número total de resultados, (que dava, em média, de 80 a 100 resultados em cada página que, majoritariamente, possuía apenas textos verbais, sem imagens) observava cada sentença encontrada para checar se o verbo se enquadrava no contexto já explicitado anteriormente.

The image shows a screenshot of the Tycho Brahe Platform interface. On the left, there is a digitized newspaper page with the headline "OU SE REAGE OU SE PERECE" by Heitor Moniz. The text discusses political and military events, mentioning the Soviet Union, Germany, and various European countries. On the right, there is a panel showing morphological tagging for the text. The tags are listed in a structured format, such as "OU/CONJ SE/NPR REAGE/NPR OIU/NPR SE/NPR PERECE/NPR".

Imagem 6: Etiquetagem morfológica da página digitada

The image shows a screenshot of a web browser interface. The search bar at the top contains the text "VB-P". Below the search bar, there is a list of search results. Each result consists of a sentence with the code "VB-P" highlighted in green. The browser interface includes a search bar, navigation buttons, and a list of search results.

Imagem 7: Busca pelo código da etiqueta morfológica de interesse do pesquisador

¹³ <https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/manual/pos2016.html>

Com os arquivos dos textos etiquetados e catalogados por edição e página, foi possível encontrar somente as sentenças cujos argumentos indiretos eram introduzidos por preposições, em suas formas oblíquas e dativas, e analisar quais eram de interesse para o contexto deste trabalho. A tecnologia computacional foi de extrema importância para obtenção de dados mais precisos e automatização da busca. Esta nova ferramenta em desenvolvimento será de grande valia para todas as áreas da linguagem, assim como de outras áreas, como história e ciências sociais, tornando o trabalho mais rápido, eficiente e, dessa forma, podendo contribuir cada vez mais para a evolução e trajetória da pesquisa científica brasileira.

4. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

Com os dados digitados, divididos por décadas, com etiquetagem morfológica pronta e buscas feitas, pudemos começar a fazer um levantamento quantitativo dos contextos de interesse. É importante ressaltar que, no início desta pesquisa, em 2020, fiz um levantamento prévio de usos de *a* e *para* na introdução de AIs de 3ª pessoa somente nas décadas de 20 e 80, ainda com um número menor de dados para contabilizar. A escolha das duas décadas, por uma questão de imperativo temporal e otimização da análise, foi com o intuito de observar o início e o final do século, podendo ressaltar mudanças que já haviam percorrido a trajetória do século XX e apresentar uma análise inicial do fenômeno no século referido.

**A NOITE
(DÉCADA DE 20)**

TIPO DE VERBOS	A	PARA
CRIAÇÃO	81,25	18,75
TRANSFERÊNCIA	74,07	25,93
MOVIMENTO	82,93	17,07

em %

Imagem 8: dados preliminares da década de 20

Com esses dados, é possível perceber que apesar da presença do *para* nos contextos de interesse, não há como negar a predominância do *a*. Como já foi explicitado anteriormente, sabemos que o PB e o PE seguiram trajetórias diferentes e há registros que comprovam esta assertiva desde o século XVIII (cf. Castro, 1991). Porém, devemos considerar a defesa de que as heranças linguísticas do PE, sejam elas lexicais ou estruturais, são comumente vistas com mais prestígio do que os que já apresentam uma norma mais atrelada ao contexto brasileiro, como ocorre, por exemplo, com as colocações pronominais ênclise e próclise, respectivamente. Este fator pode justificar a presença muito expressiva do *a* em detrimento do *para* no início do século (um pouco mais de trinta anos antes da formulação da NGB¹⁴), já que o *a* é o padrão previsto para estes contextos no PE, com exceção da introdução de locativos puros e complementos oblíquos.

**O PASQUIM
(DÉCADA DE 80)**

TIPO DE VERBOS	A	PARA
CRIAÇÃO	31,25	68,75
TRANSFERÊNCIA	41,31	58,69
MOVIMENTO	44,68	55,32

em %

Imagem 9: dados preliminares da década de 80

Já nos dados do final do século, é possível observar uma mudança espantosa na análise quantitativa dos dados. A preposição *para* ganhou força em todos os contextos apresentados, ultrapassando o *a*. Até o momento da análise destes dados, era possível confirmar que existia uma alternância das duas preposições na introdução de OIs de 3ª pessoa, já que apesar do crescimento no uso de *para*, os dados de *a* ainda eram de grande significância. Como foi sintetizado na seção 2, o *a* ainda é, até os dias de hoje, a norma ensinada nas escolas, advinda da grande influência da variante europeia nas nossas gramáticas

¹⁴ Os periódicos analisados na imagem dos dados preliminares são da década de 1920. A NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira) foi formulada somente na década de 1950.

tradicionais. Por isso, é importante frisar que o *a* dificilmente terá pouca expressão nestes contextos em dados de escrita que exigem um teor de formalidade.

Reafirmando que este estudo visa estabelecer uma comparação entre o português de São Paulo, analisado por Calindro (2015), e o português do Rio de Janeiro aqui sendo observado, é importante ressaltar que a análise da variante paulista também não categorizou a substituição do *a* pelo *para* no decorrer do século XX. O uso do *a* foi expressivamente superior em todos os contextos, com exceção no que concerne ao uso de verbos de criação (como *preparar* e *escrever*).

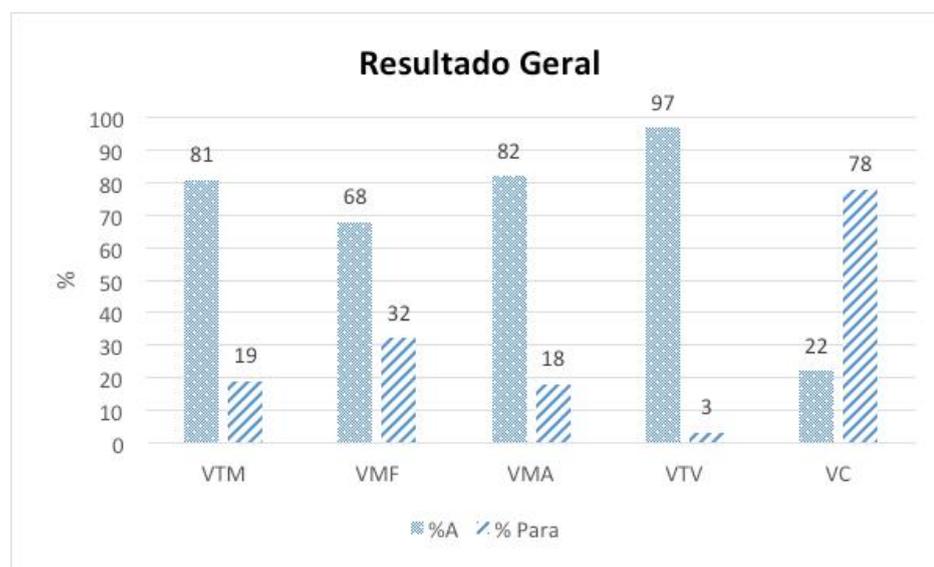


Gráfico 1: resultado geral do português de São Paulo analisado por Calindro dividido por contextos verbais.¹⁵

(Calindro, 2015, p. 98)

4.1 A seleção dos grupos verbais

Os grupos de verbos que utilizei para análise são os mesmos apresentados por Berlinck (1996) e analisados por Calindro (2015). De acordo com a primeira autora, o dativo é um constituinte que vem precedido pelas preposições *a*, *para* ou *em*. Ela apresenta um esquema argumental que segue a ordem de:

$$(18) \quad \text{sujeito} + \text{verbo} + \text{N1} + \{a, \text{para}\} \text{N2}$$

¹⁵ Verbos de transferência material (VTM), verbos de transferência verbal e perceptual (VTV), verbos de movimento físico (VMF), verbos de movimento abstrato (VMA), verbos de criação (VC).

(esquema proposto por Berlinck, 1996, p. 129)

sendo o N1 o objeto direto e o N2, prototipicamente, o objeto indireto, que é o argumento dativo. Os grupos verbais que obedecem a essa estrutura são verbos transitivos cujas naturezas semânticas podem ser descritas e divididas entre verbos de transferência (VT), verbos de movimento (VM) e verbos de criação (VC). A justificativa para a seleção verbal feita corrobora com a de Calindro (2015, p. 97):

Assim, uma vez que nos interessam as construções ditransitivas em que há alternância entre as preposições *a* e *para* na introdução do argumento preposicionado, a unificação dos grupos verbais tem uma justificativa semântica fundamental, i.e.: em todos eles é possível resgatar uma relação dinâmica de transferência de posse entre o objeto direto (OD) e o objeto preposicionado.

Abaixo, apresento uma listagem dos verbos¹⁶ que encontrei na digitação dos periódicos que serviram de *corpus* para o presente trabalho:

- I. **verbos de transferência (VT):** aceitar (algo de alguém), apresentar, atribuir, avisar, ceder, comunicar, conceder, confiar (algo a alguém), convidar, dar, declarar, dedicar, emprestar, enviar, entregar, impor, mandar, negar, oferecer, pedir, permitir, perguntar, prestar (algo a alguém), referir, remeter, requerer, revelar, solicitar, sugerir, transferir, vender.
- II. **verbos de movimento (físico e abstrato) (VM):** destinar, impor, jogar, levar, passar (algo a alguém), submeter, trazer.
- III. **verbos de criação (VC):** escrever, fazer, preparar. (algo para alguém).

Para que a alternância das preposições nos contextos relevantes supracitados seja melhor visualizada e entendida, apresento alguns exemplos retirados do *corpus*:

Verbos de Transferência

¹⁶ Apesar de utilizar os grupos verbais de Berlinck (1996) que foram analisados por Calindro (2015), optei, para este trabalho, por não subdividir verbos de transferência e verbos de movimento entre categorias semânticas mais minuciosas (perceptual, físico ou abstrato).

(19) a. A NOBREZA remette **para o interior**, mediante vale postal, mercadorias de qualquer importancia.

b. O Sr ministro da Fazenda enviou **ao seu collega** da Agricultura o seguinte officio.

(A Noite, 22/8/1927)

Verbos de Movimento

(20) a. Um mundo se abre **para a arte dentária...**

b. [...] contemplados dirigem-se **á Filial á Praça Floriano**

(A Noite, 22/8/1927)

Verbos de Criação

(21) a. Para retirada de material promocional ou demais informações, escreve **para SECRETARIA...**

(O Pasquim 11/7/1978)

b. “Os moradores do edifício Jardim à rua do Catete, fazem **apelo às autoridades...**

(O Pasquim, 27/9/1975)

A relação entre os elementos de sentenças ditransitivas cujos verbos são de transferência ou movimento é diferente do contexto de verbos de criação. Em casos de VT e VM, os OIs são necessariamente um Alvo, destino ou objetivo da ação sendo descrita. Seja em transferências perceptuais ou materiais, movimentos físicos ou abstratos, é possível atenuar uma trajetória em que um elemento estará sendo intencionalmente transferido de uma entidade para outra, sendo elas seres animados ou não, ocorrendo uma transferência da posse deste elemento entre as duas entidades envolvidas. No caso dos VCs, não haverá uma trajetória para este objeto, mas sim uma relação em que o OD será um elemento exclusivamente criado para que o OI se beneficie desta ação (cf. Calindro, 2021).

Tendo compreendido as questões que permeiam a análise dos verbos e as relações que eles estabelecem na sua estrutura argumental, podemos, a seguir, observar a análise quantitativa e levantar questionamentos e hipóteses para que este estudo siga dando frutos e alimentando nossos estudos sobre variação linguística, estrutura argumental e marcação de Caso.

4.2 Resultados

Aqui, apresentarei os dados encontrados em percentuais que demonstram a variação entre *a* e *para* na introdução de OIs de 3ª pessoa, com base no que foi apresentado na seção anterior. Porém, antes de denotar a análise percentual, apresento uma tabela que demonstra como chegamos até uma contagem que pudesse ser considerada justa e uniforme. Para fazer uma análise quantitativa e diacrônica que tenha um número de dados balanceados, precisamos digitar um número bruto de palavras que seja equilibrado para cada década em questão. Dessa forma, a tabela abaixo demonstra os dados totais de palavras digitadas para cada edição e década:

DÉCADA	PERIÓDICO	EDIÇÃO	QUANTIDADE DE PALAVRAS	TOTAL
20	A Noite	19/02/1921	30.960	94.374
	A Noite	05/07/1924	32.082	
	A Noite	22/08/1927	31.332	
50	A Noite	01/07/1950	41.128	94.651
	A Noite	16/11/1955	44.210	
	A Noite	Edição especial - 1959	9.313	
70	O Pasquim	19/09/1971	21.718	106.455
	O Pasquim	27/09/1975	24.831	
	O Pasquim	23/09/1977	29.357	
	O Pasquim	11/07/1978	30.549	

Tabela 1: contagem do total de palavras para cada edição e década.

Vemos acima que cada década (20, 50 e 70)¹⁷ vislumbrou um total que girasse em torno de 90 a 100 mil palavras, para que o número de dados encontrados por edição fosse o mais semelhante possível. É claro que, mesmo fazendo o possível para manter os números sob controle, a variação era inevitável. A década de 70, por exemplo, precisou de mais uma edição digitada para chegar ao total desejado e equiparado com as décadas anteriores.

¹⁷ Em meus resultados preliminares, apresentei dados da década de 1980. Para esta monografia, por uma questão de organização de *corpus*, voltei para a década de 70 para abranger o início, meio e fim do século XX. Para os próximos passos e futuros estudos, a década de 80 será analisada com mais detalhamento, assim como as de 30, 40, e 90.

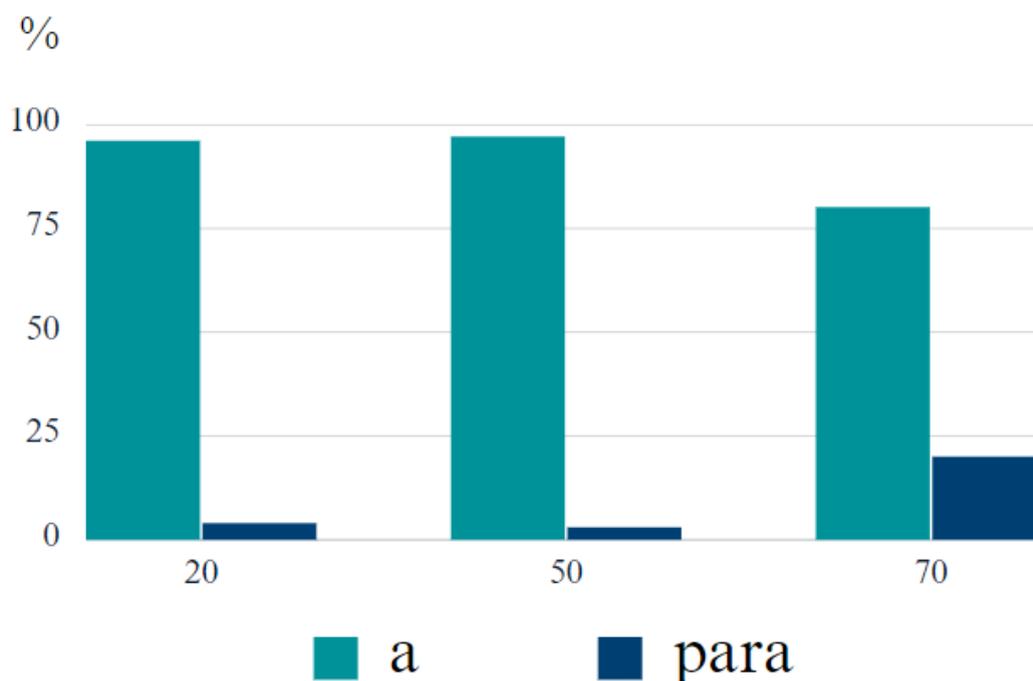


Gráfico 2: ocorrências gerais, divididas por década, das preposições.

A tabela acima apresenta o número total de ocorrências, em porcentagem, de cada uma das preposições em dados escritos do *corpus* digitado. No cômputo geral, na década de 20, há 96,3% de ocorrências da preposição *a* e 3,7% de *para*, nos anos 50, 97% de *a* e 3% de *para*, por fim, 81,25% de *a* e 18,75% de *para* na década de 70. É interessante observar que, nos valores totais, os resultados se aproximam daqueles obtidos por Calindro. Ao fazer um panorama do século XX, apesar da preposição *para* ter ganhado espaço na introdução dos OIs, não há como categorizar, de forma alguma, o uso desta em detrimento da preposição *a*, pelo menos em dados escritos. Porém, como foi possível observar nos exemplos, e será possível também ao observar as análises que ainda serão discorridas sobre cada década e contexto verbal, ao contrário do que autores como Freire (2000), Gomes (2003, 2007), analisaram em dados de fala, a substituição de *a* por *para* não é categórica em dados escritos, mesmo em décadas mais recentes, como a década de 70.

Um outro ponto interessante a se levantar é o tipo de linguagem utilizada no Pasquim. Sobre a linguagem do Pasquim, Schons e Dagneze (2010, p.3) afirmam que:

Um jornal que modifica a linguagem jornalística, pois reproduz na linguagem escrita a linguagem oral, que se utiliza de palavras que surgem disfarçados de neologismos, que cria novas condições de escrita, com novos termos, que podem ser usados jornalisticamente

[...]. Ainda, é possível afirmar que a equipe de redatores d'*O Pasquim* desenhava e escrevia de maneira muito pessoal, irreverente. O tom de "molecagem" vem fundar novos sentidos, novas regras, no jogo com a língua na atividade escrita. [...] *O Pasquim* funciona como espaço de subjetividades, que marca, de um lado, a ordem institucional e, de outro, a subversão, que rompe com as regras do jornalismo, do sistema estabelecido: a da subversão. O comentário, desse modo, é constitutivo de memória e faz emergir o silenciado, o proibido, o ainda não pensado na estrutura da língua.

Por isso, em teoria, *O Pasquim* teria uma escrita menos comprometida com a norma. Ainda assim, o uso da preposição *a* é maior que a preposição *para*, como podemos observar no Gráfico 1. Isso corrobora com a constatação de Calindro (2015, 2020) que o estatuto da preposição *a*, em PB, não é o mesmo que em PE, pois quando este elemento é introduzido na escola e começa a fazer parte da periferia da Língua-I dos brasileiros (Kato, 2005), passa a alternar com *para* em todos os contextos, inclusive naqueles em que o uso do *a* é agramatical em PE, como na introdução de locativos puros em contextos de verbos ditransitivos (cf. Gonçalves e Raposo, 2013) e acompanhando pronomes plenos (cf. Torres Morais e Berlinck, 2018).

(22) *João mandou um presente **ao Porto**.

(23) a. João mandou um presente **ao Pedro**.

b. *João mandou um presente **a ele**.

Em PE, o OI em (22) deve ser obrigatoriamente introduzido por *para*, assim como a pronominalização de um OI [+animado] como *ao Pedro* deve ser obrigatoriamente feita com o dativo *lhe* (cf. Gonçalves & Raposo, 2013). O uso de formas tônicas preposicionadas só é licenciado em construções de redobro de clítico quando há uma interpretação contrastiva (cf. Calindro & Torres Morais, 2023):

(24) a. *O Miguel mostrou as fotografias **a ela**.

b. O Miguel mostrou-lhe as fotografias **a ela**.

(Gonçalves & Raposo, 2013, p. 1172)

Logo, os dados analisados por Calindro (2015) e deste trabalho mostram que a distinção entre o estatuto funcional da preposição *a* e lexical da preposição *para* em contextos ditransitivos não se sustenta em PB. Tendo em vista que as duas preposições alternam nos

mesmos contextos, com verbos de transferência e movimento, bem como não mais são substituídas pelo clítico dativo de terceira pessoa, ambas as preposições são lexicais e atribuem Caso oblíquo ao seu complemento, como constatou Calindro (2015, 2020).

4.2.1 A década de 20

A seguir, veremos como se comporta a introdução dos argumentos na década de 1920 para cada contexto verbal, a lembrar: verbos de transferência (VT), verbos de movimento (VM) e verbos de criação (VC).

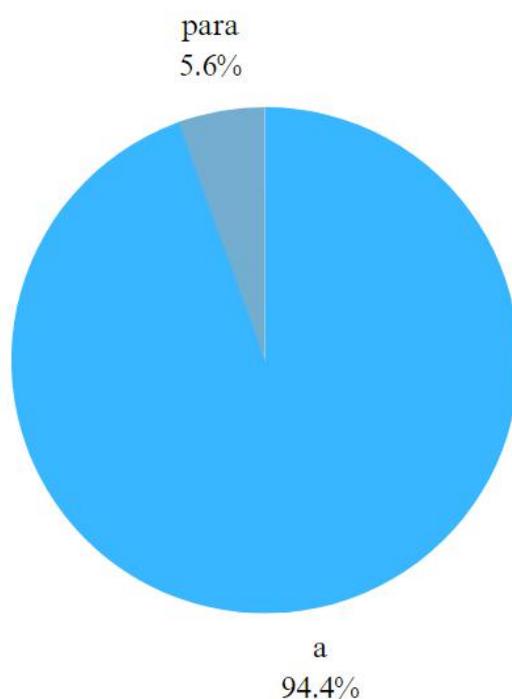


Gráfico 2. Números (em %) de *a* e *para* em verbos de transferência na década de 20.

Como esperado, na década de 20, os números de *a* são superiores. Enquanto esta era preferível para a maioria dos dados de VT, restou ao *para* introduzir locativos, como já descrito em Torres Morais e Berlinck (2018), fator que se assemelha à regra prevista na gramática do PE (cf. Gonçalves & Raposo, 2013).

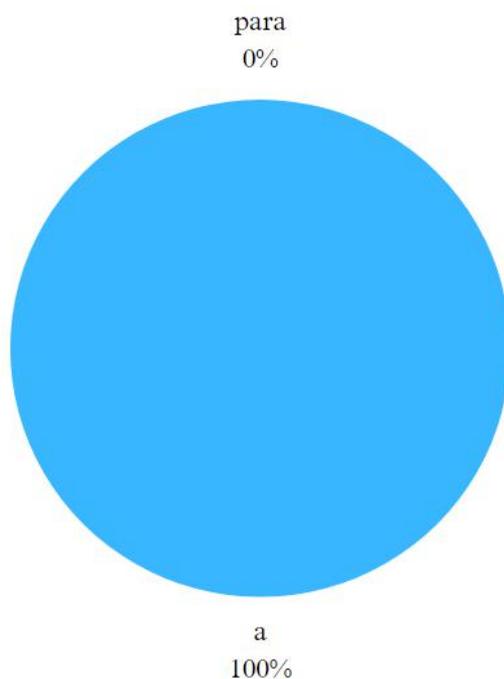


Gráfico 3. números (em %) de *a* e *para* em verbos de movimento na década de 20.

O panorama não é muito diferente para VMs. Aqui, não foi produtivo dividir a natureza dos movimentos (entre físico e abstrato), já que o *para* sequer foi apresentado em nenhuma sentença com verbos de movimento. Para futuros estudos, esperamos encontrar uma variedade maior de verbos desta categoria para melhor compreensão das nuances que permeiam a alternância.

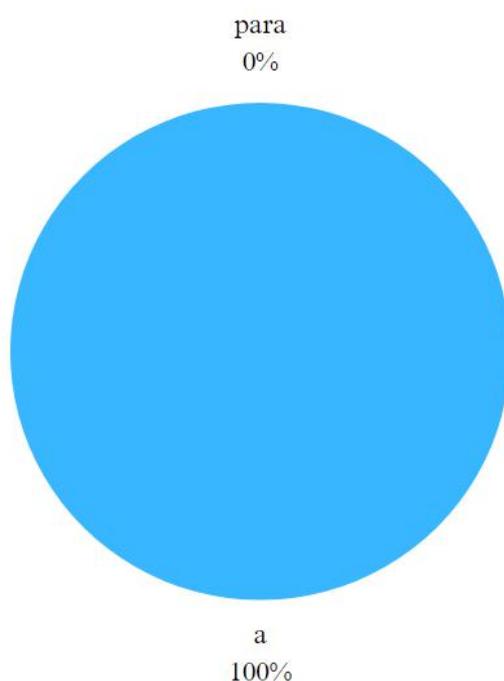


Gráfico 4. números (em %) de *a* e *para* em verbos de criação na década de 20

Em Calindro (2015), verificou-se uma frequência de uso maior do *para* com VCs. No entanto, nesta coleta de dados, não houve ocorrência desta na década de 50. Mais a frente, no entanto, será possível ver que os VCs apresentam um contexto bastante flexível no que concerne a alternância das preposições.

4.2.2 A década de 50

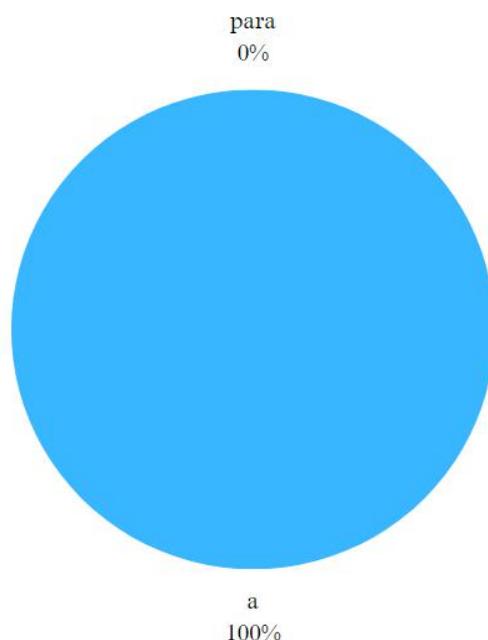


Gráfico 5. números (em %) de a e para em verbos de transferência na década de 50

Apesar de já esperarmos alguma notoriedade do *para* na metade do século XX, não tivemos nenhum dado desta preposição para introduzir AIs em contextos de VTs, apenas com a preposição *a*:

(25) [...] envio ao ilustre confrade e prezado amigo meus duradouros agradecimentos.

(A Noite, 01/07/1950)

É interessante que, num total bruto de 30 sentenças ditransitivas introduzidas por preposição, nenhuma delas contou com o *para*. Verificaremos a frente se esta é uma tendência para o contexto de VT.

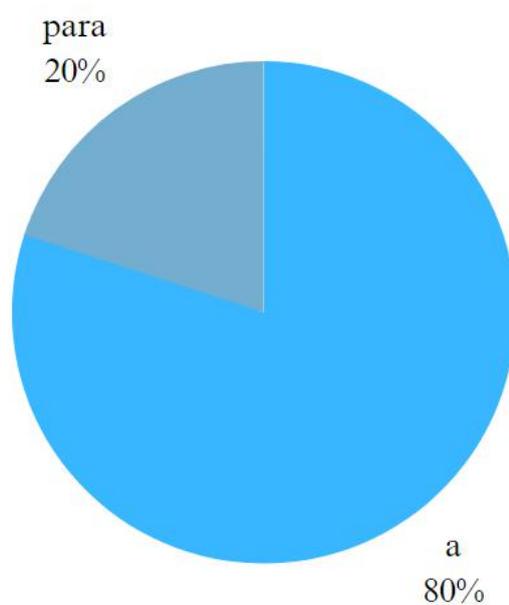


Gráfico 6. números (em %) de a e para em verbos de movimento na década de 50

Neste contexto, tivemos um salto, mesmo que não muito grande, de 0% para 20%, para os VMs. Para futuros estudos, com maior quantidade de dados, comparando com mais décadas nos mesmos periódicos, será interessante separar a natureza do movimento e o papel temático do elemento introduzido para verificar se ocorre alguma tendência. Até o momento, pela frequência nos dados apresentados, parece que o *para* nesta década continuava a seguir as preferências do PE, em que a preposição introduz locativos.

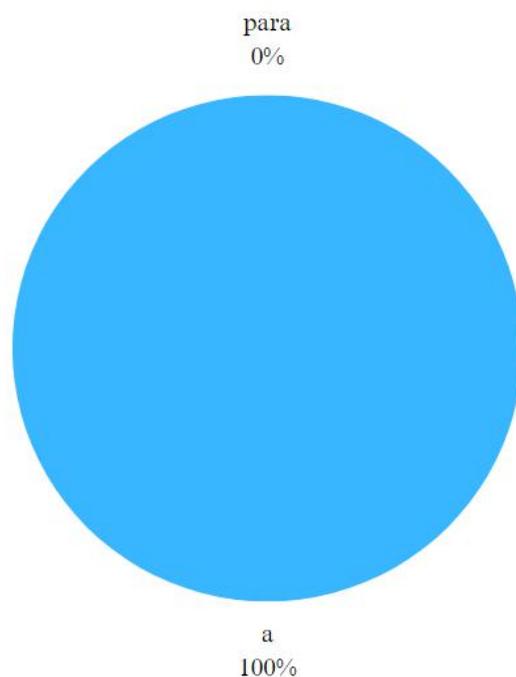


Gráfico 7. números (em %) de a e para em verbos de criação na década de 50

É muito impressionante verificar como a variação ocorre neste contexto. Aqui temos novamente uma predominância completa do *a*. Já mais a frente, será verificada uma equivalência no uso das duas preposições para a análise deste contexto na década de 70. É importante lembrar que, mesmo contando somente 20 anos passados (um espaço temporal pequeno para verificar mudanças linguísticas), podemos ter panoramas completamente diferentes, o que continua a confirmar a possibilidade da alternância dessas preposições.

Porém, é importante ressaltar também que os verbos de criação são o contexto menos frutífero para os fins deste trabalho. Enquanto era possível encontrar, em média, de 15 a 30 ocorrências de VTs em apenas uma edição de periódico, os VCs se apresentavam em números muito inferiores, dificilmente passando de 1 ou 2 por edição; por vezes, não encontrava nenhum dado de VC em uma edição completa – com 20 a 30 mil palavras. Os textos jornalísticos parecem não apresentar muito estes verbos e, para uma análise mais precisa de VCs especificamente, novos dados serão coletados em estudos futuros.

4.2.3 A década de 70

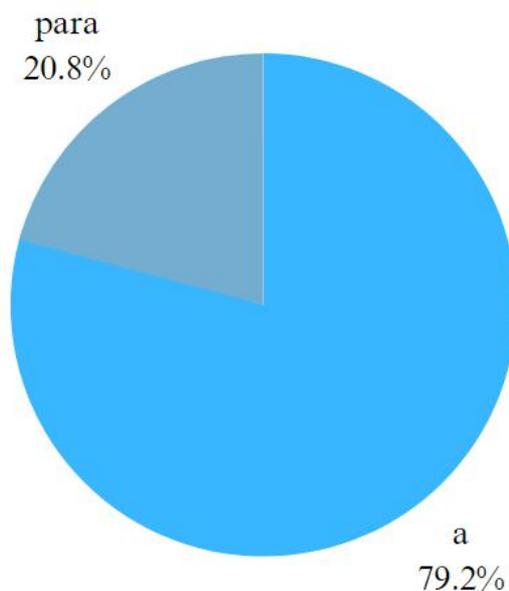


Gráfico 8: números (em %) de a e para em verbos de transferência na década de 70

Os dados de VTs, nas décadas analisadas até o presente momento do estudo, parecem apresentar uma preferência pela preposição *a*.

(26) [...] as principais escolas que oferecem **aos jovens** um treinamento intensivo de aviação.
(A Noite, 16/11/1955)

(27) Vou dar colher-de-chá **a qualquer oprimido** [...]
(O Pasquim, 27/9/1975)

De todo modo, os dados do *para* não são nulos e, quando apresentados, podem estar em alternância com a preposição até então favorável a este contexto.

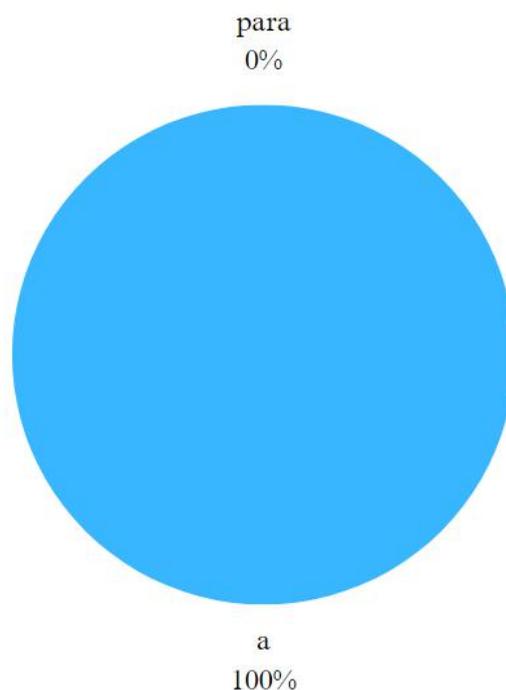


Gráfico 9: números (em %) de *a* e *para* em verbos de movimento na década de 70

Já na década de 70, aparece novamente um domínio completo da preposição *a*. O que antes apareceu, mesmo com pouca expressividade, agora volta a desaparecer. O que indica, mesmo sem a presença do *para* neste contexto e nesta década em específico, que ainda há muito o que estudar sobre as motivações para a escolha de uma em detrimento de outra.

A noção de movimento, a depender de uma subdivisão semântica entre físico ou abstrato, parece ser um fator para avaliar a preferência entre uma preposição ou outra. Diferentemente de verbos de transferência, em que pode se observar de fato um objeto transferido para a entidade descrita pelo OI, há movimentos abstratos em que essa transferência de objetos é metafórica. Torres Morais e Berlinck (2018) e Calindro (2015) defendem que a preposição *para* é preferível em contextos mais concretos, enquanto o *a* é preferível em contextos metafóricos ou abstratos.

Neste contexto, há um grande espaço para discussões no que concerne a animacidade do alvo do movimento e a diferença entre VT e VM no que diz respeito à natureza do movimento. No caso de VTs, temos algo concreto sendo transferido de uma entidade para outra, enquanto VMs licenciam movimentos metafóricos, que não envolvem uma entidade física (cf. Berlinck 1996, Calindro 2015).

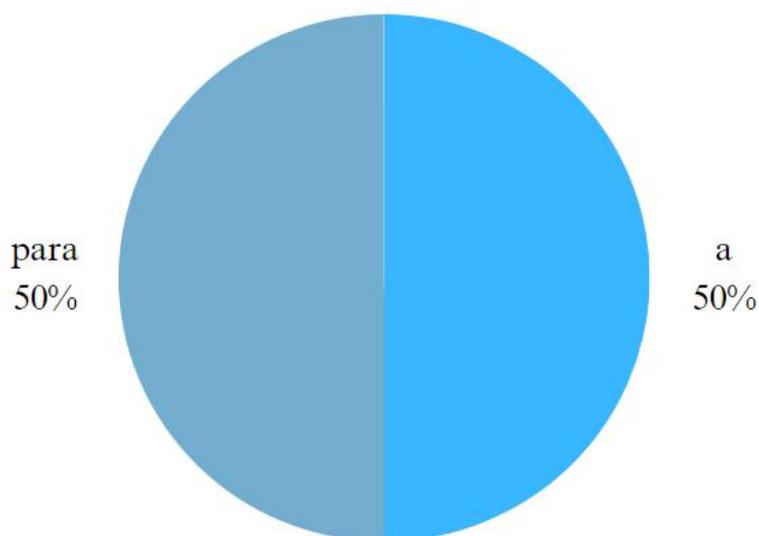


Gráfico 10: números (em %) de a e para em verbos de criação na década de 70

Desde a década mais antiga até a mais recente desta análise, os OIs nos contextos de VCs eram introduzidos pela preposição *a*, mas na década de 70 passaram a alternar com a preposição *para*. Tendo em vista que sincronicamente esses OIs são sempre introduzidos por *para* e que os dados de Calindro (2015) mostraram a substituição categórica de *a* por *para* nesses contextos, supomos que quando as décadas de 80 e 90 forem analisadas, haverá um aumento na quantidade de *para* e queda da preposição *a*. Além disso, o espaço para discutir a animacidade dos OIs se faz necessário novamente para futuros estudos e teses (cf. Calindro 2015), sendo um campo altamente interessante para se dedicar exclusivamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRÓXIMOS PASSOS

Os resultados do *corpus* analisado nesta monografia mostraram que ainda não é possível categorizar o declínio completo da preposição *a* em dados escritos do PB. Como já defendido anteriormente, parece que a substituição completa desta pelo *para* não será categórica em dados escritos enquanto nossa gramática normativa privilegiar a variante europeia e prestigiar os seus usos dentro da nossa norma culta.

Já o clítico dativo de 3ª pessoa, mesmo com a queda já confirmada, ainda pode ser encontrado em registros escritos com um grau mais alto de formalidade, sendo parte ainda da gramática do letrado (cf. Kato, 2005)¹⁸. No caso das formas pronominais nominativas *ele(s)* e *ela(s)*, quando usadas no acusativo 'A Maria viu ele', “são altamente estigmatizadas na escrita padrão, e o mesmo não se observa com o uso das formas *a/para ele(s)/ela(s)* em substituição aos clíticos dativos” (Torres Morais e Berlinck, 2018, p. 55) por diversos estudos. Meu ponto de vista, assim como os de diversos autores já citados neste trabalho, é que o português possui a gramática núcleo, adquirida na infância, e a gramática do letrado.

A partir dos estudos de Torres Morais e Berlinck (2006, 2007, 2018), entre outros, em que colocou-se em pauta a substituição do *a* pelo *para*, Calindro (2015, 2016) verificou que, apesar de haver contextos mais favoráveis para a segunda opção, como foi analisado em seus dados de verbos de criação, a autora esperava encontrar uma quantidade mais significativa da preposição *para* em resultados gerais, porém isso não ocorreu. Para fazer uma comparação mais assertiva entre a variante de São Paulo e a variante do Rio de Janeiro, verificamos, nos periódicos já mencionados, os contextos verbais mais convenientes para estruturas ditransitivas para observar o comportamento das preposições *a* e *para* na introdução dos OIs e contabilizar a ocorrência de cada uma para categorizar o status de preposição lexical tanto do *a*, quanto do *para*, em PB, diferentemente do que ocorre no PE, em que a marcação de Caso é responsabilidade do *a* quando alternado com o clítico *lhe*. Com os nossos dados, foi possível, até o momento, confirmar que o PB possui apenas OIs oblíquos de 3ª pessoa cujo Caso é atribuído pelas preposições lexicais *a* e *para*.

Para continuar a análise de maneira cada vez mais concreta, cobrindo todas as décadas do século XX, é preciso desenvolver os estudos em andamento, construir mais *corpora* que sejam abertos à pesquisa, e disponibilizados com o intuito de traçar a história do português brasileiro permeando nossa atual sincronia que um dia virá a ser diacronia.

Por último, mas jamais menos importante, fazer com que nossos estudos se integrem aos avanços tecnológicos hoje oferecidos e altamente disseminados para automatizar e otimizar tarefas de pesquisa, antes muito laboriosas, é de extrema importância para que nossas pesquisas se tornem cada dia mais imprescindíveis e atualizadas. Sem o uso de ferramentas computacionais em desenvolvimento, sem a grande ação de todos os envolvidos no projeto *Tycho Brahe*, este trabalho não contaria com uma forma eficaz de busca e coleta de dados que nos auxiliou para fazer a análise apresentada neste texto. A união entre tecnologia e

¹⁸ Reafirmo que não estou contando com o *lhe* usado para a 2ª pessoa, como já mencionado anteriormente em nota; apenas o clítico de 3ª pessoa.

linguística tem muitos aspectos positivos e um futuro extremamente frutífero a oferecer no que concerne à pesquisa científica brasileira, para que a acessibilidade se torne cada vez mais sólida nos nossos estudos – tal qual o feito da grande equipe do acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ao disponibilizar os periódicos que foram o principal pilar deste trabalho – e que nosso mapeamento sobre linguística histórica seja de livre acesso, vislumbrando os processos que permeiam a verdadeira língua viva.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERLINCK, R. de A. The Dative. In: VAN BELLE, W. e VAN LANGENDONCK, W. (org.) Case and grammatical Relations Across Languages. Vol I. Descriptive Studies. John Benjamins Publishing Company. p. 119-151, 1996.

BERLINCK, R. de A. Sobre a realização do objeto indireto no português do Brasil. In: II Encontro do do Celsul. Anais, UFSC, Florianópolis: 1997.

BERLINCK, R. de A. Dativo ou locativo? Sobre sentidos e formas do ‘dativo’ no português. Revista Letras. n. 56, pp. 159-175. Curitiba, 2001.

BERLINCK, R. de A. et al. Gêneros do jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística. In: GORSKI, E., COELHO, I.L, SOUZA, C.M.N. (orgs). Variação Estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise. 1ª ed. Florianópolis: Insular, 2014.

CALINDRO, A. Introduzindo Argumentos: uma proposta para as sentenças ditransitivas do português brasileiro. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CALINDRO, A. Introducing indirect arguments: the locus of a diachronic change In: Rivista di Grammatica Generativa, Perugia, Itália, v. 38, 2016.

CALINDRO, A. O acusativo preposicionado na história do português: o caso dos verbos psicológicos. Revista da Academia Brasileira de Filologia, v. XXI, p. 33-44, 2017.

CALINDRO, A. Ditransitive constructions: what sets Brazilian Portuguese apart from other Romance languages? In PINEDA, Anna; MATEU, Jaume (eds.). Dative constructions in Romance and beyond (Open Generative Syntax 7). Berlin: Language Science Press, v. 7, p. 75-95, 2020.

CALINDRO, A. The *i** single argument introducer: a solution for representing the beneficiary argument and creation verbs in Brazilian Portuguese. In (De)Constructing Language Structure and Meaning. Studies on Syntax, Semantics, Language Acquisition, and Phonology. Cambridge Scholars Publishing, 2021.

CÂMARA Jr., J. M. Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à língua portuguesa, 15.ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

CASTRO, I. Curso de história da língua portuguesa. Capítulos 1 a 3. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

CHOMSKY, N. Lectures on Government and Binding. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. Knowledge of Language. New York: Praeger, 1986.

CUERVO, C. Datives at large. PhD. Dissertation. MIT, 2003.

FREIRE, G. Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

FREIRE, G. A realização do acusativo e do dativo anafórico de 3ª pessoa na escrita brasileira e lusitana. Tese de Doutorado, UFRJ, 2005.

GALVES, C. Ensaios sobre as gramáticas do português. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A. de; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R.; CYRINO, S. (org.). Descrição, história e aquisição do português brasileiro. p. 513-528. Campinas: Pontes, 2007.

GALVES, C.; KATO, M.; ROBERTS, I. Português brasileiro. Uma segunda viagem diacrônica. Campinas. Editora da Unicamp. 357p. 2019

GOMES, C. Variação e mudança na expressão do dativo no português brasileiro. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. (orgs). Mudança linguística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa Editorial, 2003.

GOMES, C. “Uso variável do dativo em textos jornalísticos” In: Linguística, v.3. n.1, p.7-19, 2007.

GONÇALVES, A.; RAPOSO, E. B. P. Verbo e sintagma verbal. In: RAPOSO, E. B. P. et al. (Coord.) Gramática do Português. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. cap. 28, p. 1153-1218, 2013.

KATO, M. Gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In MARQUES, M.A Maria et. al. (eds.) Ciências da Linguagem: trinta anos de investigação e ensino. Braga. CEHUM. Universityof Minho, 2005.

LARSON, R. On the double subject construction. In: Linguistic Inquiry, 19, p. 335-391, 1988.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). Gêneros textuais e ensino, Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, p. 20- 35.

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2008.

PAIXÃO E SOUZA, M. C. et. al. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD, T., BERBER SARDINHA, T. & VEIRANO PINTO, M. (org.). Linguística de Corpus: Sínteses e Avanços Anais do VIII Encontro de Linguística de Corpus, realizado na UERJ. 2009.

SALLES, H. M. L. & SCHERRE, M. M. P. Indirect objects in ditransitive constructions in Brazilian Portuguese. In: NUÑES, CEDEÑO (orgs.) A Romance Perspective on Language Knowledge and Use - Current Issues in Linguistic Theory. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, pp. 151-165, 2003.

SCHONS, C. R. & DAGNEZE, C. S. Trapaceando a língua no governo médis: um estudo sobre o imaginário de língua pelo jornal O Pasquim. Revista do programa de pós-graduação em Linguística da Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul, 2010.

SILVEIRA, G. A realização variável do objeto indireto (dativo) na fala de Florianópolis. Trabalho apresentado para exame de qualificação em Sociolinguística, curso de Doutorado em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. A caracterização do objeto indireto no português: aspectos sincrônicos e diacrônicos *In*: LOBO T; RIBEIRO, I; Z & ALMEIDA, N. Novos dados, novas análises. Vol. VI. Tomo I. Salvador. EDUFBA, 2006.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. “ ‘Eu disse pra ele’ ou ‘Disse-lhe a ele’: A expressão do dativo nas variedades brasileira e europeia do português. In: CASTILHO, A. et al. Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Campinas, Ed. Pontes. 2007.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. Em busca do português paulista. In: TORRES MORAIS, M. A.; ANDRADE, M. L. História do Português Paulista. 1ª ed. Campinas: IEL/UNICAMP/FAPESP. V.2 217-248, 2009.

TORRES MORAIS, M. A.; BERLINCK, R. O objeto indireto: argumentos aplicados e preposicionado. *In*: Sonia Cyrino; Maria Aparecida Torres Morais. (Org.). Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista. 1ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 252-307.

TORRES MORAIS, M. A., SALLES, H. M. M. Resistência do dativo de primeira pessoa na batalha (quase) perdida dos clíticos pronominais do português brasileiro. Revista de Estudos de Linguagem 30(4): 1621., 2022.